

Termo de Referência para Consultoria para Estudo sobre Mobilidade Urbana em Brasília

I. Introdução

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Instituto Pólis, o Instituto de Referência Negra-Peregrum e o SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia formam um consórcio de organizações que em parceria, estão executando o Projeto Mobilidade Urbana Interseccional, Inclusiva e Sustentável no Brasil (MIIS), apoiado pela União Europeia.

O projeto tem por objetivo geral fomentar a implementação de soluções que promovam uma mobilidade urbana interseccional, inclusiva e sustentável, a partir da participação qualificada da sociedade civil na otimização e democratização dos sistemas de transporte urbano, buscando também maior acessibilidade, inclusão, integração, interseccionalidade, eficiência energética e redução da emissão de poluentes no Brasil.

Destacam-se os seguintes desafios: (i) a não efetivação do transporte público no Brasil como um direito (CF, Art.6) em face da mercantilização do setor; (ii) a prevalência do transporte público como um campo de preconceitos e violências contra mulheres, juventudes negras, população idosa e LGBTQIAPN+; (iii) o confinamento de grupos populacionais vulnerabilizados em territórios periféricos em face da desestruturação e privatização da rede de transporte e do alto custo da passagem; (iv) os efeitos intersetoriais da mobilidade sobre as políticas de habitação, segurança pública, saúde, educação e trabalho, já que a dimensão territorial é a base para o acesso aos direitos; (v) a ausência de dados de mobilidade urbana desagregados por gênero, classe, PCD, idade, vivência sexual-afetiva e raça; (vi) a baixa participação, representatividade e controle social nos conselhos de transporte urbano e a falta de transparência na definição dos preços das tarifas; (vii) a ineficiência energética e alta emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelo setor de transporte.

Dentre as atividades previstas para realização desta ação, está um estudo participativo, nas três cidades, para que possamos fazer cruzamentos de dados existentes, que nos proporcione uma leitura mais precisa sobre a mobilidade urbana, especialmente sobre as condições do transporte público oferecido em cada uma dessas cidades.

Serão três estudos, um cada uma das três cidades. Este presente termo refere-se a Brasília, sob a responsabilidade do Inesc.

II. Objetivo

Realizar estudo participativo, de caráter quantitativo, sobre mobilidade urbana em Brasília, a partir da coleta, sistematização, georreferenciamento e cruzamento de dados secundários.

O estudo deverá analisar padrões de deslocamento, desigualdades territoriais, oferta de transporte público e barreiras de acesso à cidade, com atenção às diferenças de renda, raça/cor, gênero, idade, deficiência e território.



A pesquisa deverá produzir indicadores de mobilidade urbana sustentável, inclusiva e interseccional, a serem apresentados e debatidos em espaços de validação com organizações sociais, juventudes periféricas e ativistas pelo direito à cidade.

III. Atividades

1. Etapa 1 – Revisão e análise de dados secundários

1.1. Fontes de dados quando disponíveis

- Pesquisas Origem-Destino e pesquisas domiciliares de mobilidade;
- Censo Demográfico, PNAD, POF e demais bases socioeconômicas com recorte territorial;
- Dados operacionais do transporte público, incluindo linhas, itinerários, pontos de parada, terminais, frequência, horários, frota, bilhetagem e demanda, quando disponíveis;
- Dados em formato GTFS, quando disponíveis, incluindo paradas, rotas, viagens, horários, frequência e traçados das linhas;
- Dados do OpenStreetMap para análise da rede viária, caminhabilidade, ciclovias, ciclofaixas, pontos de ônibus, terminais, calçadas, travessias e conectividade urbana;
- Dados ambientais relacionados a emissões, frota, matriz energética e qualidade do ar, quando disponíveis;
- Planos de mobilidade urbana, planos diretores, planos climáticos e demais instrumentos de planejamento urbano e ambiental;
- Dados de segurança viária, sinistros, internações e mortalidade no trânsito;
- Bases de equipamentos públicos e oportunidades urbanas, como saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, áreas verdes e equipamentos de abastecimento alimentar;
- Dados territoriais de renda, raça/cor, gênero, idade, deficiência e vulnerabilidade social, sempre que houver possibilidade de desagregação.

1.2. Tratamento e cruzamento dos dados

- A consultoria deverá sistematizar, limpar, padronizar e, quando possível, georreferenciar as bases levantadas. O trabalho deverá incluir cruzamentos entre oferta de transporte público, condições socioeconômicas, localização de equipamentos públicos, distribuição territorial da população e indicadores ambientais e de segurança viária.
- Sempre que possível, os dados deverão ser analisados por território, considerando diferenças entre áreas centrais, periféricas e regiões com menor oferta de transporte público. O estudo deverá explicitar as limitações das bases utilizadas, incluindo ausência de desagregação por raça, gênero, deficiência, renda ou território.



2. Etapa 2- Validação dos dados

- Reunião para apresentação dos dados com os responsáveis pelo estudo em Brasília, no Recife e em São Paulo para estabelecer conexões.
- Rodas de conversa com juventudes periféricas e ativistas pelo direito à cidade para apresentação do estudo e validação.

3. Dimensões mínimas de análise

A consultoria deverá considerar, no mínimo, as seguintes dimensões:

- **Acesso e equidade:** tempo estimado de deslocamento, proximidade a pontos e estações, cobertura da rede, custo do transporte em relação à renda e acesso a oportunidades urbanas;
- **Oferta de transporte público:** linhas, frequência, horários, integração, cobertura territorial, distância até pontos de parada e disponibilidade em áreas periféricas;
- **Interseccionalidade:** cruzamento dos dados territoriais com renda, raça/cor, gênero, idade, deficiência e outros marcadores disponíveis nas bases públicas;
- **Sustentabilidade ambiental:** participação do transporte coletivo e dos modos ativos, frota, emissões, matriz energética e relação com políticas climáticas;
- **Segurança viária e cuidado:** sinistros de trânsito, atropelamentos, condições de circulação a pé, iluminação, travessias, acessibilidade e segurança nos trajetos;
- **Acessibilidade universal:** presença de calçadas, travessias acessíveis, estações acessíveis, pontos de ônibus, integração modal e barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência.

IV. Produtos

- **Plano de trabalho metodológico**, contendo bases a serem utilizadas, estratégia de coleta, tratamento e cruzamento dos dados, cronograma de execução e produtos previstos;
- **Inventário das bases de dados disponíveis para Brasília**, com indicação de fonte, período, escala territorial, formato, potencial de análise e limitações;
- **Diagnóstico quantitativo da mobilidade urbana em Brasília**, com leitura territorial e interseccional;



- **Mapas temáticos** sobre oferta de transporte, cobertura territorial, acesso a equipamentos públicos, desigualdades socioespaciais, segurança viária e barreiras de mobilidade;
- **Conjunto de indicadores de mobilidade inclusiva, sustentável e interseccional**, com explicação sobre fontes, método de cálculo e limites de interpretação;
- **Base de dados organizada**, em formato aberto, contendo as bases tratadas e/ou os indicadores produzidos, quando possível;
- **Relatório final analítico**, contendo metodologia, achados, mapas, indicadores, limitações das bases utilizadas e recomendações para políticas públicas;

V. Qualificações profissionais

Profissional com experiência comprovada em pesquisa quantitativa aplicada a políticas urbanas, mobilidade urbana, planejamento territorial, geografia urbana, arquitetura e urbanismo, economia urbana, políticas públicas, ciência de dados, estatística, geoprocessamento ou áreas correlatas.

Será considerada desejável experiência com:

- análise de dados secundários e construção de indicadores urbanos;
- georreferenciamento e análise espacial;
- uso de bases GTFS, OpenStreetMap, dados censitários, dados administrativos e bases públicas;
- elaboração de mapas, painéis, gráficos e visualizações territoriais;
- análise de desigualdades territoriais, raciais, de gênero, renda, idade e deficiência;
- mobilidade sustentável, transporte público, acessibilidade urbana e justiça socioambiental;
- produção de relatórios analíticos em linguagem acessível para organizações da sociedade civil e incidência pública.

VI. Prazo de execução

18 de Maio e 1 de Julho de 2026.

VII. Cronograma de Desembolso

30% na assinatura

30% na entrega do Diagnóstico quantitativo da mobilidade urbana em Brasília

40% após entrega do produto final





VIII. Início previsto dos trabalhos

Até o dia 18 de maio.

IX. Envio de propostas

As(os) interessadas(os) deverão enviar um e-mail para processoseletivo@inesc.org.br, com assunto “Estudo Participativo sobre Mobilidade Urbana em Brasília”, até o dia 15 de maio às 23h59 (horário de Brasília), com os seguintes documentos:

- currículo que comprove experiência no tema
- plano de trabalho detalhando as fases
- proposta orçamentária

Observação:

- Serão analisadas apenas as candidaturas que enviarem a documentação completa.
- Será dada preferência às candidaturas de mulheres, pessoas negras, periféricas e/ou lgbtqiapn+. Pedimos que esta informação esteja mencionada na proposta.
- Para o pagamento será necessária conta bancária de mesma titularidade do CNPJ.
- Todas as pessoas que participarem do processo seletivo autorizam o Inesc a divulgar seu nome completo no site da organização, conforme estabelecido por esse cronograma. Os demais dados constantes na proposta serão protegidos conforme preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados.

Brasília, 07 de maio de 2026.

Cleo Manhas
Assessora Política

INESC
Instituto de Estudos Socioeconômicos
+55 (61) 3212-0200

SCS, Qd. 01, Bloco L-17
Edifício Márcia, 13º andar
Brasília, DF. 70.307-900

CNPJ 00.580.159/0001-22
inesc@inesc.org.br

